LEI 10.639/03 PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO CRÍTICO RACIAL

Juliana da Costa Neres[50]

Profa Dra Maria Anória de Jesus Oliveira (Orientadora)

INTRODUÇÃO

É sabido que vinte anos se passaram desde a promulgação da Lei Federal 10.639/03. Esta lei rege sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, nos sistemas de ensino, nas grades curriculares do fundamental e do médio. E com isto faz-se necessário que tenhamos um olhar mais zeloso com relação às nossas práticas pedagógicas realizadas no ambiente da sala de aula, no que diz respeito ao tema das relações etnicos raciais.

Na pespesctiva de um olhar mais atento com a temática racial na sala de aula, é que a presente pesquisa, ainda em fase inicial,

---

[50] Doutoranda pelo Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia(Pós- Crítica/UNEB)- Linha 2: Letramento, identidades e Formação de Educadores. Orientada pela professora Drª Maria Anória de Jesus Oliveira. Endereço eletrônico: jullyalagoinhas@hotmail.com

debruça-se a refletir, a partir da investigação do (n) cumprimento ou da (n) efetividade da Lei Federal 10.639/03 em sala de aula, no FII, em Alagoinhas-BA e suas nuances. Por isto, o presente trabalho traz com um dos seus principais questionamentos: qual o (n) lugar que a literatura infantil juvenil negra ocupa na sala de aula, principalmente nas práticas pedagógicas de letramento racial? Além de trazer a discussão a seguinte indagação: como literatura infantil juvenil pode ou (n) contribuir para o trabalho da cultura negra, culminando na formação do sujeito leitor literário?

Inicialmente, na tentativa de dá conta do que propõe a pesquisa, vem sendo feita uma análise e busca teórica nos seguintes documentos legais norteadores com vista a subsisdiar a discussão da pesquisa: As Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dentre outros.

Importante salientar que estes documentos legais visam não só impor a obrigatoriedade, mas objetivam também dar um norte ao

fazer pedagógico do professor para o trabalho com a temática racial, fundamentando uma prática pedagógica responsiva que entende o processo dinâmico de respeitar o direito do educando de aprender, de apreender e de ouvir as tantas histórias no que dizem respeito a formação do nosso país, sobretudo com relação a contribuição positiva dos povos negros.

A miúde, na pesquisa, tratamos de uma prática pedagógica que visa colaborar para e com a formação de um leitor literário crítico no que diz respeito a valorização da diversidade, enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação dentro e fora da sala de aula. É nesse pensamento de trabalho pedagógico a partir da Lei Federal 10.639/03 que a pesquisa percebe o letramento racial como instrumento pedagógico e emancipatório para o trabalho com a literatura infantil juvenil negra em sala de aula.

No tocante ao nosso pensamento, buscamos dialogar com Abdias Nascimento teórico que defendeu o TEN- Teatro Experimetal do Negro- como fermento revolucionário pedagógico para o enfrentamento do contexto de desigualdade social e racista de uma determinada época. “O TEN atuou sem descanso como um fermento provocativo, uma aventura da experimentação criativa, propondo

caminhos inéditos ao futuro negro, ao desenvolvimento da cultura brasileira.” Nascimento (1978, p.130-131).

LITERATURA E SUAS NUANCES: ALGUNS ASPECTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS

Ainda falando sobre a literatura, é importante considerar Terry Eagleton (1997), uma vez que destacamos as inúmeras vezes em que o autor destaca as mudanças ocorridas na literatura, principalmente, em função dos interesses da elite, tornando fácil a percepção do quanto a literatura pôde e pode ser usada como instrumento ideológico tanto para a reprodução/ perpetuação de algo positivo quanto de algo negativo em uma sociedade. Nesse sentido, levando em conta nosso espaço de pesquisa, ou melhor, espaço em que serão colhidos dados e consideradas as práticas pedagógicas, nos debruçaremos sobre a escola, especificamente a sala de aula para entender, perceber e analisar como se deu estas transformações da literatura e quais são impactos no contexto escolar.

Na perspectiva das transformações sofridas pela literatura ao longo desses anos, o que se percebe é que a oferta da literatura como objeto de fruiçao vai sendo deixada de lado, basta observarmos os currículos das escolas sejam elas públicas ou particulates, após decisão

Ministério da Educação do Brasil (MEC). Desse modo o ensino de Literatura Portuguesa deixou de ser obrigatório no Brasil, vale lembrar que tal medida faz parte da “nova” Base Nacional Curricular Comum (BNCC.) A Literatura, então deixa de ser uma disciplina específica para ser utilizada direta ou indiretamete por alguns docentes que a ofertam como mecanismo reprodutor a serviço das classes dominantes.

Neste cenário de não oferta do literário coadunamos com Soares ao apresentar o termo sonegação cultural, quando a autora afirma que ao [..] “povo é permitido que se aprenda a ler, mas não lhe é permitido que se torne leitor”. (SOARES, 2004, p.25). Este modelo de uso e de perpetuação tem suas raízes desde a época da colonização em que já se separava os que deviam e os que não deviam ter acesso ao erudito, e as artes, conforme apresenta Neres:

> Desde sua origem, na época da chegada dos jesuítas, a educação formal já mostrava seu caráter excludente e elitista, excluindo e apagando as tradições locais, bem como dividindo a educação que seria oferecida aos filhos dos colonizadores e a que seria oferecida aos filhos dos colonizados. Aos filhos dos colonizados era destinada a educação voltada aos conhecimentos para lidar com a terra, já aos filhos dos colonizadores oferecia o conhecimento mais erudito, o das artes, do pensamento. (NERES, 2019, p. 31).

Convidamos Neres (2019) para pontuar o quanto as artes, em especial a literatura nunca fora um bem cultural acessível a todos, servindo de objeto de fruição apenas para a Elite dominante. Ao povo não era permitido fruir. Para que ler? Para que sentir prazer ao ler? Seria a literatura um direito de todos e um bem para todos independente de classe social?

Candido no texto Direito à literatura (2011) apresenta uma crítica ao sistema brasileiro, quando considera a literatura como bem incompressível e que por isto deve ser ofertada a todos, indepedente de classe social. “são incompressíves certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, “[..] e por que não à arte e à literatura, mas a fruição da arte e literatura estaria mesmo nesta categoria?” (2011, p. 176). E acresecenta logo adiante, “[..] Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação”. (2011, p. 176).

A pesquisa concorda com Candido, e afirma que além de permitir a fruição, a fabulação, a literatura também pode permitir a reflexão, e instaurar no homem a humanização, exigindo um novo pensar e uma nova ação frente ao que lhe é apresentado, nesse sentido é que percebemos a literatura, em especial, a literatura infantil

juvenil negra como mecanismo ideológico para enfrentamento das estruturas racistas postas em nossa sociedade brasileira.

As estruturas racistas existentes em nossa sociedade é fruto da imposição mascarada do mito da democracia racial, pois ainda é forte a ideia que sustenta o falso mito de democracia racial mascarando a idea que temos um país pautado na igualdade dos sujeitos que o compõe, e de que já não mais existe racismo no Brasil. . O mito da democracia racial não fora criado a toa, mas sobretudo "[..] à base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial". (NASCIMENTO, 1978, p.41).

Apesar de frequentemente sermos atingidos por notícias que nos mostram que negros são mortos, violentados, discriminados, segregados grande parte da população brasileira ainda vive calcada na falsa ideia de democracia racail, esse falso ideário também é responsavel pela banalização dessas mesmas notícias, nos deixando num "lugar confortável" de preferir acreditar na falácia da democracia racial, uma vez que é preferível viver no falso mito de democracia racial, talvez porque pensar assim seja mais confortavel do que agir contra o cenário posto

É válido afirmar que somos o país da escravidão, não há como negar que houve um projeto ideológico planejado para escravizar os povos negros, a fim de que deles fossem extraída mão-de-obra para a formação do nosso país. Todavia é válido também trazer esta versão da história para a sala de aula, é preciso mostrar o outro lado da história, é preciso denunciar o mito da democracia racial, pois é fato que ainda vivemos as duras consequências desse projeto desumano que escravizou, e assassinou as identidades dos povos negro-africanos que aqui chegaram

Não podemos esquecer que muitos negros foram arrancados de suas terras, sequestrados e trazidos em condições desumanas, tendo que deixar para trás suas origens, seus familiares, suas culturas, suas religiões, suas línguas e suas identidades. Não se pode negar que em prol do desenvolvimento e crescimento da nação brasileira, vivemos um dos mais terríveis crimes contra humanidade. O negro serviu como objeto barato para fomentar a construção do nosso país. Quando falamos de um plano ideológico é porque tudo fora muito bem arquitetado, pensou-se a escravidão como um plano a ser executado, e não podemos perder de vista que muitos documentos foram apagados obedecendo a Circular elaborada pelo então ministro Rui

Barbosa, objetivando assim destruir as provas que denunciariam nosso país.

"É impossível estimar o número de escravidão encontrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas principalmente, como consequência da lamentável circular Nº 29, 13 de Maio de 1981, [..]". (NASCIMENTO, 1987, p. 49).

Nosso país fora construído por meio da escravidão. A formação do nosso país é baseada num plano ideológico escravista que matou e dizimou milhares e milhares de negros que com sua força contribuiram para a formação de tudo que temos, hoje, neste país. Temos um cenário em que é preferivel não falar disto, afinal o falso mito de democracia racial nos dá essa falsa sustentação de que no Brasil não há desigualdade racial. O falso mito da democracia racial não se sustenta por muito tempo, basta obervarmos algumas ações cotidianas em que ainda é latente, por exemplo a ideia do negro como objeto e portanto ser submisso. Ainda sim, frente a este cenário insistimos em negar que nosso país é racista, conforme expõe Gomes:

> "O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas

> relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do páis." (2012, p.46).

Ao contrário do que muitos pensam o projeto desumano de escravidão não teve como principal objetivo a escravidão, foi além do uso da mão de obra escrava, seu verdadeiro objetivo era o extermínio da raça negra até o ano de 2012. Nesse sentido, a ideia sempre foi utilizar a mão de obra escrava para a construção país, uma vez o país já construído a sequencia do projeto desumano era exterminar a raça negra, já que a mesma não teria mais serventia, sendo necessário desse modo o apagamento da raça.

Diante das inúmeras ações de extermínios têm-se a miscigenação que teve como principal objetivo embraquecer a população para que no período de um século a população brasileira fosse inteiramente branca, extinguindo-se assim a raça negra. Contrariando o desejo de uma elite dominante, da ciência, e de outras instituições o projeto desumano da escravidão falhou, pois o ano para que não houvesse mais negro no Brasil foi o de 2012. Estamos em 2024 e muitos somos de nós que ainda resistimos e reexistimos apesar de ter que lidar todos os dias com as consequências graves deixadas pelo

projeto desumano da escravidão, como é o caso da desigualdade sociorracial, dos noticiários e as repetidas cenas de preconceito, de discriminação e do racismo que persistem em existir forjados na ideia do mito da democracia racial.

Por esta pesquisa está voltada para o campo educacional, e perceber as consequências devastadoras do projeto ideólogico da escravidão, é que consideramos basilar a importância da efetivação da Lei Federal 10.639/03 no tocante ao fazer pedagógico com objetivo de mudança significativa de todo o cenário posto.

Desse modo, a pesquisa baseada na importância da efetivação e do cumprimento da Lei Federal 10.639/03 é que partimos do trabalho com o letramento racial crítico, a fim de oportunizar a oferta da literatura Infantil Juvenil negra em sala de aula, objetivando a formação de leitores críticos capazes não só de questionar frente a concepção da verdadeira história da construção do Brasil, mas capazes também de se posicionarem frente a todo contexto racial imposto, atuando de modo crítico provocando rasuras nas estruturas hegemônicas raciais.

Já se sabe que a literatura, outrora, juntamente a outras instituições fora utilizada como dispositivo para disseminar os valores de uma elite dominante, principalmente ajudando a propagar o

racismo, porém acreditamos que a mesma pode e deve contar outras histórias. Nesse sentido a pesquisa para além de reconehcer a literatura como agente de reprodução, também a percebe como agente de transformação e humanização social.

É dentro deste contexto da literatura como instrumemto emancipatório que a pesquisa pensa a Literatura Infantil juvenil negra no FII como agente de transformação voltada para a formação leitora literária crítica dos educandos através do letramento racial crítico no fomento de uma Educação antirracista em nossas escolas a começar pelas histórias mil a se contar.

Ainda na perspectiva da contação história única e de seus perigos, não é novidade que a mesma há anos vem sendo perpetuada em nossa sociedade, bem como em nossas escolas, através de práticas pedagógicas racistas e segregadoras culminando principalmente na ideia de democracia racial. A pesquisa "teme" pelos perigos apresentados na contaçao da história única, assim como pela ideia do mito da democracia racial, e entende que a melhor maneira de combatê-los é trazendo a cena para os educandos do FII a temática racial, apresentando-lhes a história e a cultura afro-brasileira e africana, conforme trata a Lei 10.639/03, por meio da Literatura

> "É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder.[..] Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa.(ADICHIE, 2009, p. 03).

Adichie (2009) nos confirma que a literatura é instrumento de poder, pois fora por meio dela que pôde-se criar uma história única, a qual foi contada, escrita e perpetuada até os dias de hoje. Contudo, nesta pesquisa a literatura é colocada a partir da perspectiva das histórias diversas, considerando que a literatura infantil juvenil negra pode ser utilizada através de seu caráter lúdico, humanizador, reflexivo e simbólico no combate à discriminação e preconceito de cunho racista, dentro e fora da escola.

É preciso estar atento se a Literatura infantil juvenil negra vem sendo ofertada a partir da Lei Federal 10.639/03, verificando o modo como se apresenta nos livros didáticos e paradidáticos, quem são seus personagens, o que contam e como contam, ou seja, estar atento quanto a qualidade estética, imagética, simbólica e narrativa desta literatura. Precisamos falar sobre a temática racial, tornando a discussão possível em sala de aula, que seja por meio da Literatura infantil juvenil negra, já que a nossa proposta é o trabalho com a

formação leitora literária racial crítica de educandos a partir da Lei Federal 10.639/03.

A intenção é apontar não só a necessidade da existência desse trabalho, mas também de reforçar práticas literárias pedagógicas exitosas que venham “ [..] contribuir para uma convivência inter-racial mais respeitosa e digna entre os brasileiros de todas as idades na perspectiva de uma sociedade não racista.” (Rosa, 2021, p.01). Com o advento da Lei Federal 10.639/03 a literatura infantil juvenil negra surge na contramão de uma literatura, utilizada pelas classes dominantes, que contribuiu para a formação da sociedade brasileira, dentro do contexto do mito da democracia racial.

LITERATURA INFANTIL JUVENIL NEGRA: ALGUMAS QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

É pertinente colocar que fora também por meio da literatura que o cenário de reprodução ideólogica de desvalorização, desumanidade, apagamento, segregação e silenciamento dos sujeitos negros se concretizou em nosso país, sendo representado e perpetuado por meio de personagens negros nos livros destinados a população, formado assim a ideia da democracia racial em nossa sociedade brasileira, geralmente, nestes livros o negro sempre

aparece em trabalhos domésticos, em trabalhos escravos, e sempre em função de servir ao branco.

Um exemplo latente dessas representações negativas do negro, são os personages criados por Monteiro, citemos “Tia Anástacia em comparações a personagens animais, tais como urubu, macaco e feras africanas.” (SANTOS, 2011, p.118). Há inúmeras discussões acerca da importância da escrita de Moteiro Lobato para a Literatura Infantil Juvenil brasileira, assim como grande parte dos estudiosos da literatura infantil/juvenil brasileira reconhecemo que Monteiro Lobato foi revolucionário, ao escrever diretamente para este público, investindo e inovando na capacidade do seu público leitor.(2011).

Não podemos deixar de lado a importância deste escritor, muito menos seus feitos na literatura, sendo considerado o introdutor da literatura infantil juvenil brasileiro, ao preocupar-se com a escrita literária para este público “[..] inovou em suas narrativas dando as crianças iniciativas criadoras, irreverência, amor, compromisso com a invenção e com a liberdade[..]”. (CASTILHO,2004, p. 6).

Poderíamos falar de duas faces em Monteiro Lobato, que inclusive contradiz com a apresentada por Castilho, quando consideramos também o quanto sua escrita compactuou para a

desvalorizaçao do sujeito negro na formação da idealização da sociedade brasileira, gerando dissenso com relaçao a reprodução de sua literatura em sala de aula. Vale observar essas falas dissonantes trazida pela pesquisadora Santos (2011, p. 118), em sua tese, das quais gostaria de apresentar e tecer alguns comentários.

> Me convençam que uma criança negra lendo uma passagem racista de um dos livros do genial Lobato não vá se sentir vexada, discriminada, constrangida. Me convençam que livros como esses não violam a integridade psíquica e moral da criança – que somos, por lei, obrigados a proteger. Alberto Mussa (2010).

> Proibir livros de Monteiro Lobato, cujo conteúdo seria racista. Acho ridículo, porque considero que tudo é racismo e nada é racismo. O problema é a maneira como você apresenta o material. O importante é o preparo do professor. Não conseguir contextualizar historicamente Monteiro Lobato para os alunos é um problema educacional e não literário. É um problema da formação do professor. Dependendo da formação do professor, ele é capaz.Silviano Santiago (2010).

De fato, concordo com Mussa quando ele trata de como a criança negra pode vir a se sentir quando entra em contato com uma literatura que o apaga, que o diminui, que faz com os seus comparações vexatórias, porém concordo também com Santiago

(2010) no sentido de afirmar mesmo que ainda haja cunho racista ou vexatório a linha de saída, seja a oferta literária capaz não só de problematizar, mas também de aproveitar-se deste material, e do modo como ele se apresenta para realizar a contextualização história como afirma Santiago (2010), inclusive para com o trabalho literário crítico quanto ao tema das questões raciais. Apontamos a fala de Rosa, concernete ao que se trata de obras com essas caracteristicas, e suas nefastas consequências para a formação de uma sociedade racista, como é o caso do nosso Brasil.

> Obras com tais caracteristicas, desrepeitosas com as vidas negras, tendem a ser um desserviço à formação das nossas crianças, podendo ocasionar mesmo "uma deformação da infância brasileira" o que pode vir a prejudicar a formação de gerações inteiras. (ROSA, 2021, p. 03).

Junto ao pensamento de Rosa (2021), refletimos sobre como o cenário racista fora formado e perpetuado em nossa sociedade com o auxílio da literatura, todavia acreditamos na força da aplicação da Lei Federal 10.639/03 após sua promulgação, fruto das inúmeras e longas lutas travadas pelos movimentos sociais, em especial o MNU-Movimento Negro Unificado-, na tentativa não só legal, mas também de romper os obstáculos epistemológicos que envolvem a temática racial e sua aplicação em sala de aula e para além dela com a

obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" e consequentemente do Ensino da História, Cultura e Arte para desconstruir cenários já postos pela sociedade dominante.

Ao obrigar a discussão da temática racial em sala de aula, e embasar a prática pedagógica para tal ação a Lei Federal 10.639/03 ultrapassa o âmbito educacional atigindo o nicho mercadológico, conforme aborda Debus:

> "As exigências da lei 10.639/2003 culminaram com o florescimento de um nicho mercadológico a partir da necessidade de livros que tematizem e problematizem as questões étnico-raciais, por meio da representação de personagens negras como protagonistas e narrativas que focalizem o continente africano como múltiplo; desfazendo ideias enraizadas como aquelas que trazem as as personagens negras em papéis de submissão e/ou retratando o período escravista, bem como a representação do continente africano pelo viés do exótico." (DEBUS, 2017, p. 49).

Desse modo, a Lei 10.639/03 passa a ser vista também como um marcador teórico/metodológico na/da discussão e problematização da temática racial em nosso país, em sala de aula num movimento de propiciar, trazer a cena para o debate o mito da democracia racial, profundamente difundido em nosso país durante anos e anos.

O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE A LEI FEDERAL 10.639/03

É importante destacar uma das figuras essenciais nesse processo de discussão que é o profissional docente, o qual daremos mais atenção um pouco adiante desta escrita. É válido argumentar sobre o papel do professor frente a demanda trazida, ou melhor, imposta pela Lei Federal 10.639/03, uma vez que este é o fio condutor para mediar debates, problematizações e conflitos teóricos/metodologicos em sala de aula, com ações propositivas, objetivando a eficácia do trabaho pedagógico no que concerne a temática racial, a partir do que demanda a Lei Federal a fim de combater o racismo e suas terriveis consequências. Conforme apresenta Oliveira:

> O trabalho com a arte literária, seja no âmbito da produção, seja no tocanteà seleção e à difusão, requer um olhar crítico, para não se endossar o que se deseja desconstruir. Isto é, a doença secular que corrói as relações sociais: o racismo e suas consequências. Resta, portanto, envidar todos os esforços possíveis e remover essas nódoas emocionais e os impactos sociais. Nas escolas elas se multiplicam, caso não haja as devidas intervenções. (2015, p. 03).

Formou-se embasamento para que as escolas pudessem intervir através de suas prátcas pedagógicas, não só valorizando a presença e

a participação dos negros na construção do país, como também pudessem problematizar como se organizam nas relações raciais da nossa sociedade, nunca discussão que deve ultrapassar os muros da escoal. Silva & Silva (2011). Uma das ações que julgamos ser propositiva é o trabalho com o letramemto racial crítico como ferramenta para desconstrução de cenários já impostos, como por exemplo para a desconstrução de obras já conceituadas mas que carregam em si cunho racista, como é o caso de algumas obras/personages de Monteiro Lobato.

Nesse sentido, o trabalho com a arte literária nos levaria ao caminho da desconstrução, não podemos negar o quanto Monteiro Lobato fora importante para a estruturação da literatura infantil juvenil no Brasil, contudo percebemos a necessidade não de abortar o trabalho com este literato, mas sim a importâcia de trazê-lo para o debate e a problematizá-lo em sala de aula, e talvez precisemos parafrasear hooks para entender que é "Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você", (HOOKS, 2008 [1994], p. 858).

No processo de rasura do mito da democracia racial, na maioria das vezes precisaremos trazer a tona a língua do opressor, neste caso, obras e personages de cunho racista, como ponto de partida para a

discussão em sala de aula, por isto, é válido salientar a importância de conhecer como se deu e se como se dá a ligua do opressor, neste caso a língua do racista. Na própria discussão em sala de aula, é já interessante que se pense a respeito de ações e práticas pedagógicas que possam ir na contra mão de uma literatura que reproduz o racismo.

> A litetatura pode ser uma oferta aliada no combate ao racismo, especialmente quando apresentada nas bases, ou seja, às crianças, desde que acompahada de muito estudo, de conhecimentos teóricos sobre africanidades, de muito empenho e, sobretudo de sensibilidade, seja por parte de pais, educadores, escritores, ilustradores, ou seja qualquer pessoa que irá auxiliar para que a mensagem do texto literário chegue de forma adequada ao seu público leitor. (PESTANA, 2021, p. 05).

Deste modo, utilizaremos a própria literatura para um novo fazer em sala de aula, objetivando descostruir o percurso formativo e histórico do racismo, rasurando suas marcas e devastas consequências. Em Candido (2011) reconhecemos todo o potencial humanizador, emancipador da literatura, permitindo o sujeito ir além da fabulação, num movimento dinâmico e rizomático de reflexAção.

Não basta apenas refletir. Para além do processo de reflexão é preciso ação, é preciso agir frente ao quadro que hoje se apresenta

com relação às pautas raciais em nossas escolas e em nossas universidades.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O racismo existe, e precisamos falar sobre o tema das relações étnicos raciais com propriedade para não acabarmos caindo nas armadilhas do conhecimento arborescêntrico que perpetua a ideia de história única, afinal muitos foram os séculos de preconceito de discriminação racial em relação aos povos negros. Como educadores precisamos trabalhar no sentido de buscar a identidade afro-brasileira, dando condições para que o respeito, a valorização, o reconhecimento sejam estabelecido em nossa sala de aula por meio de uma educação antirracista.

Nosso olhar deve ser reeducado para perceber e reconhecer a beleza afrobrasileira, assim como para entender que foram os negros que com muito suor e sangue construíram esse país. Para isto, precisamos ver o professor como mediador desse processo de rasura, atuando através do letramento racial crítico ofertando a literatura infantil juvenil aos nossos educadores.

Como profissionais da educação devemos reconhecer a força da Lei Federal 10.639/03 e a potência da literatura para nos auxiliar no

processo de conhecer e compreender o mundo e as relações humanas existentes junto aos nossos educandos. Sendo assim, objetivamos o encontro do educando com a literatura infantil juvenil negra para que juntos possamos "mergulhar" no processo de formação de leitor crítico, formando sujeitos que reconhecam de modo positivo as diferenças étnicas, mas que além disto possa respeitar, valorizar os sujeitos independetemente de sua cor.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CASTILHO, Suely Dulce. *A representação do negro na literatura Brasileira.* Novas perspectivas, v.7 nº01, 2004.

DEBUS, Eliane. *A representação do negro na literatura para crianças e jovens: negação ou construção de uma identidade.* In: Congresso Internaciona criança, língua, imaginário e texto literário, 2., 2006, Braga. Anais.. Vila Nova de Gaia: Gailivro, 2007. p. 262-269.

HOOK, Bell. L*inguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens*. *Revista: Estudos Feministas*, Florianópolis, 16[3]: 424, setembro-dezembro/2008; pp. 857-864.

NASCIMENTO, Abdias do*. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NERES, Juliana Da Costa*. Leituras literárias na educação de jovens e adultos: experiências com o gênero fábula nas aulas de leitura*. UNEB. Dezembro 2019.

OLIVEIRA. *Maria Anória de Jesus. Educação, literatura intanto-juvenile relações étnico-raciais.* Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 4, n.2, dez.2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/28117/15079. Acesso: Acesso em: 20 de jul 2023.

Pestana, Cristiane Veloso de Araujo. *A literatura afro-infantil: representação e representatividade. Literafro*, o portal da literatura afrobrasileira. 2021. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/1545-cristiane-pestana-a-literatura-afro-infantil-representacao-e-representatividade. Acesso em: 20 de set 2023.

ROSA, Sônia. *Literatura negro afetiva para crianças e jovens*. 2021. Disponível em: https://www.geledes.org.br/. Acesso: 01 mai. 2023.

SANTOS, Mônica de Menezes. *Por um lugar para a literatura infantil/juvenil nos estudos literários.* Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2011.

SILVA & SILVA*, O negro na literatura infantojuvenil brasileira*. Revista Thema. Volume 8, número especial. 2011.

SOARES, Magda. *As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto.* In: SILVA, Ezequiel Theodoro da; ZILBERMAN, Regina. Leitura: perspectivas interdisciplinares. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 18-29.